

# Fiscais federais farão paralisação geral de 48 horas

Movimento de servidores vai interromper fiscalização em portos

BÁRBARA FARIAS  
DA REDAÇÃO

Servidores públicos federais de agências reguladoras rejeitaram a proposta de reajuste salarial do Governo Federal e uma paralisação geral de 48 horas nos dias 31 de julho e 1º de agosto. A decisão da categoria ocorreu em assembleia realizada pelo Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), ontem à noite. O controle e a fiscalização em portos e aeroportos deverão ser interrompidos.

Em nota, o Sinagências informou que a proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) foi rejeitada por "99%" dos servidores, pois "não contempla as condições mínimas necessárias à valorização da categoria". Além disso, o sindicato informou que a categoria aprovou por unanimidade deflagrar a paralisação.

"Servidores de todas as 11 agências reguladoras deverão interromper a prestação de serviços essenciais para o funcionamento da economia, como o controle e fiscalização em portos, aeroportos, o abastecimento de energia elétrica e água, bem como demais serviços regulados e fiscalizados pelas agências reguladoras, cuja área de abrangência perpassa 60% do Produto Interno Bruto (PIB)".

Os profissionais definirão também uma ação coordenada entre as autarquias, com o objetivo de in-



## LENTIDÃO

Há pelo menos três meses, os fiscais federais já vinham executando a operação Valoriza Regulação, fazendo um trabalho mais lento para liberação de cargas nos portos a atrasando a cadeia logística. Com a paralisação geral de 48 horas, o problema tende a pior. Entre os servidores estão funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), também representados pelo sindicato.

tensificar Procedimentos de Limpeza e Desinfecção de Aeronaves (PLD) em aeroportos de todos os estados, entre hoje e quinta-feira, o que gerará impactos em toda a malha aérea do País".

O Sinagências pontua que a pauta remuneratória "não se trata de mero índice de reajuste, mas de reposicionamento remuneratório que confira à categoria o devido reconhecimento e o fim das disparidades apontadas por ministros do próprio governo em ofícios endereçados ao MGI". O

sindicato espera que o ministério apresente uma nova proposta.

## ENCONTRO

Na quarta reunião da mesa de regulação, realizada no dia 11, o Governo propôs aumento de até 21,4% para os cargos da carreira e até 13,4% para o Plano Especial de Cargos (PEC), divididos em duas parcelas: janeiro de 2025 e abril de 2026. Mas, o sindicato argumentou que a proposta é menor do que a defasagem.

"Nem sequer cobre as perdas inflacionárias registradas nos últimos anos. De janeiro de 2017 até junho de 2024, a inflação medida pelo IGP-M foi de 71,84%. Já o IPCA registrou alta de 45,35% no período, conforme a Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil".

## IMPACTO NO PORTO DE SANTOS

Em reportagem publicada na sexta-feira, A Tribuna noticiou que o impasse nas negociações trabalhistas entre fiscais e o Governo Federal, que se arrastam desde maio, já causa atrasos no desembarque de cargas de importação e de exportação no Porto de Santos.

O diretor do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região (SDAS), Hugo Evangelista, que é o representante interviniente da entidade junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), afirmou que a operação mais lenta, que já era mantida pelos fiscais, causou im-



Funcionários públicos vêm realizando uma série de manifestações pedindo valorização da categoria



No último dia 11, o Governo propôs reajuste, mas o sindicato disse que a proposta não estava adequada

pactos na operação. Evangelista disse que o setor de exportação também estava sendo afetado.

O diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítimas do Estado de São Paulo

(Sindamar), José Roque, disse que uma possível paralisação atingiria todos os navios e que, caso a greve fosse deflagrada, a entidade entraria com mandado de segurança na Justiça para garantir a

livre prática e inspeção sanitária a bordo.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos não tem se manifestado sobre a negociação em andamento ou os possíveis prejuízos.